



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**IGUALDADE PROFISSIONAL E DIFERENÇA DE GÊNERO: UM ESTUDO  
JUNTO AS POLICIAIS MILITARES DO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR  
DE CAMPINA GRANDE/PB**

Joseane Pereira de Alcântara

Campina Grande/PB  
2011

Joseane Pereira de Alcântara

**IGUALDADE PROFISSIONAL E DIFERENÇA DE GÊNERO: UM ESTUDO  
JUNTO AS POLICIAIS MILITARES DO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR  
DE CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao departamento de Serviço  
Social da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito para obtenção do  
titulo de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Alecsonia Pereira Araújo

Campina Grande/PB  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA I – UEPB

A347i Alcântara, Joseane Pereira de .

Igualdade profissional e diferença de gênero: um estudo junto as policiais militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB/ Joseane Pereira de Alcântara. – 2011.

26 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ms. Alecsonia Pereira Araújo, Departamento de Serviço Social”.

1. Segurança pública. 2.Diferença de gênero. 3. Policiais militares femininas. I. Título.

21. ed. CDD 331.11

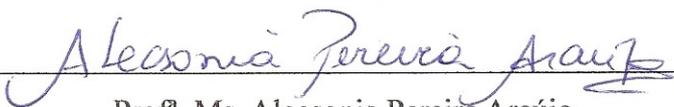
Joseane Pereira de Alcântara

**IGUALDADE PROFISSIONAL E DIFERENÇA DE GÊNERO: UM ESTUDO  
JUNTO AS POLICIAIS MILITARES DO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR  
DE CAMPINA GRANDE/PB**

Aprovado em: 06/12/11

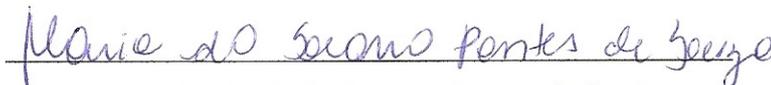
Nota: 10,0

**BANCA EXAMINADORA**



Profª. Ms. Alecsonia Pereira Araújo

Orientadora



Profª. Ms. Maria do Socorro Pontes de Souza

Examinadora



Profª. Ms. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa

Examinadora

Campina Grande/Pb  
2011

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>1 GÊNERO E SUAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>07</b>
<b>2 SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....</b>	<b>10</b>
2.1 Breve considerações acerca da Polícia Militar.....	12
2.1.1 Cidadania feminina e sua inserção na Polícia Militar.....	14
<b>3 CONHECENDO OS SUJEITOS DA PESQUISA: policiais femininas do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB.....</b>	<b>15</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>
<b>APÊNDICES</b>	

**IGUALDADE PROFISSIONAL E DIFERENÇA DE GÊNERO: UM ESTUDO  
JUNTO AS POLICIAIS MILITARES DO 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR  
DE CAMPINA GRANDE/PB**

Joseane pereira de Alcântara<sup>1</sup>

Alecsonia Pereira Araújo<sup>2</sup>

**RESUMO**

O presente estudo pautou-se na análise da igualdade profissional e diferença de gênero junto as Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB. Para tanto, utilizamos a pesquisa de campo, de caráter quanti-qualitativo, cujo referencial teórico-metodológico adotado foi o dialético marxista, o qual permite uma melhor compreensão dos sujeitos em estudo. A coleta de dados se deu por meio de entrevista semi-estruturada, junto a 20 policiais militares femininas que corresponde a 40% do universo de aproximadamente 50 que atuam no 2º BPM de Campina Grande-PB, cabe destacar que a amostra foi do tipo intencional. A análise dos dados se deu através da técnica de análise de conteúdo. Mediante os resultados, constatamos que os maiores desafios encontrados pelas policias está relacionado às más condições de trabalho, como também o lidar com as pessoas no cotidiano de trabalho. Outra questão abordada está voltada ao preconceito sofrido por serem mulheres, mas, apesar disso 65% das entrevistadas não se sentem discriminadas por ser uma presença feminina em um ambiente tipicamente masculino e masculinizado, pois consideram que houveram muitos avanços, e o maior deles foi aceitá-las na instituição, o que mudou a concepção de muitas pessoas em relação à capacidade feminina. No entanto, apesar destas terem se inserido e ganhado espaço na Segurança Pública, ainda não há uma adequação para as mulheres policiais, visto que, ainda são mantidos todos os traços masculinos na instituição, o que vem a contribuir para a dissociação da disparidade de gênero.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Diferença de Gênero. Policiais Militares Femininas.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

<sup>2</sup> Profª. Ms. do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Orientadora

## INTRODUÇÃO

Diante das desigualdades vivenciadas pelas mulheres durante décadas, percebemos que ao passar dos anos isso vem tomando rumos diferentes acrescidos de largos passos de conquistas, vez que constatamos a inclusão destas em diversos espaços, quebrando paradigmas, os quais desprivilegiavam toda classe feminina, ou seja, aquele ser social cercado de preconceitos se apresenta, atualmente, incutido na organização da sociedade, ocupando cargos que até então foram masculinos, a exemplo de Dilma Rousseff primeira mulher eleita presidente do Brasil.

No entanto, apesar de as lutas e conquistas adquiridas ao longo dos anos ainda verifica-se certa dificuldade de inserção das mulheres em algumas profissões “que” tinham, como exclusividade a figura masculina, pois em sua maioria há uma restrição no número de vagas ofertadas, a exemplo: o ingresso no serviço militar.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo tem como objeto investigativo analisar a concepção das Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Campina Grande/PB acerca da igualdade profissional e da diferença de gênero.

A motivação para o desenvolvimento da temática se deu a partir de observações durante o estágio supervisionado no período de março de 2010 a junho de 2011 no 2º BPM, que nos revelaram o cotidiano das Policiais Militares dentro de uma instituição formada historicamente por um universo tipicamente masculino, os quais se revelam quantitativamente superiores ao das mulheres, em que percebe-se que, mesmo em meio a um contingente bem menos elevado, estas se reafirmam dia a dia, desenvolvendo seu trabalho. No entanto, observamos que ainda há certa resistência em escalá-las em serviços operacionais, prevalecendo corriqueiramente os serviços administrativos e burocráticos.

Outro fato que também observamos durante o estágio e, que nos instigou no desenvolvimento da pesquisa, está relacionado ao posicionamento das policiais em requererem uma igualdade profissional, reivindicando respeito a sua particularidade enquanto mulher, questões essas, que são constantemente debatidas.

Por conseguinte, realizamos uma pesquisa de campo, sendo desenvolvida através de observações direta para captar explicações e interpretações acerca dos sujeitos envolvidos no estudo. Também utilizamos dados quanti-qualitativos, visto que, estes “[...] se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO et al., 1994, p.22).

Quanto ao referencial teórico-metodológico utilizamos será o dialético marxista, o qual de acordo com Oliveira (2002 p. 67) “[...] a dialética é um método de pesquisa busca a verdade por meio de formulação adequada de perguntas e respostas, até atingir o ponto crítico do que é falso ou verdadeiro”. Portanto, busca entender o subjetivo dos sujeitos, visualizados em sua essência.

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram as policiais femininas do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Campina Grande-PB, cuja amostragem foi do tipo intencional, as quais são “[...] usadas quando o pesquisador quer obter a opinião de certas pessoas, não necessariamente representativas do universo todo, mas de parte dele” (MARSISGLIA, 2001, p.25). Dessa forma, foram entrevistadas 20 policiais femininas do 2º BPM de Campina Grande/PB, o que corresponde a 40% do efetivo feminino, visto que, a instituição conta com um efetivo de aproximadamente 50 mulheres.

Assim, a didática utilizada se constituiu através de dados primários, coletados através de observações participantes do diário de campo e da entrevista semi-estruturada, a qual não deixa os sujeitos limitados nas suas respostas e nem que respondam a tudo da mesma maneira. Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, considerando que:

A análise de conteúdo ocupa-se, particularmente, dos significados das palavras. Esse tipo de análise classifica as diferentes partes de um texto de acordo com as categorias determinadas pelo investigador para extrair dali a informação predominante ou as tendências manifestadas no texto (DENCKEC e VIA, 2001, p.153).

A importância da temática proporciona novos conhecimentos, tendo em vista, a escassez de material/referência nesta área, bem como questionamentos, que possibilitam reflexões e debates plurais, contribuindo para ampliação do debate teórico, tanto no cenário institucional em que as Policiais Militares estão inseridas, quanto na academia.

No aspecto teórico-científico a pesquisa se constituirá em fonte para estudantes, policiais, assistentes sociais e, profissionais de áreas afins.

Portanto, o artigo encontra-se dividido em três etapas: a primeira discorre sobre gênero e suas construções sociais, em seguida fazemos um breve esboço acerca da Segurança Pública no contexto brasileiro, bem como realizamos algumas considerações acerca da Polícia Militar. Em seguida abordamos a trajetória feminina e sua inserção na

Polícia Militar. Adiante encontra-se a análise dos dados da pesquisa realizada no 2º BPM. Segue ainda, as considerações finais do tema abordado, as referências que subsidiaram o estudo, e por fim, os apêndices.

## **1 Gênero e suas Construções Sociais**

O ser humano comparece concretamente na diferença homem e mulher. A humanidade não é simples, é complexa e biforme. A continuação da espécie só poderá ocorrer com a contribuição de ambas as partes, o masculino e o feminino. Dessa forma, estes foram descobrindo uma maneira de perpetuar a espécie criando laços de convivência permanente e contínua. Assim, a partir do momento em que o homem começa a gerir seu próprio sustento com a produção de alimentos para sua subsistência nas sociedades agrícola, começaram também a definir tarefas para os homens e para as mulheres, havendo uma divisão de papéis, surgindo à divisão sexual do trabalho.

No período pré- capitalista o modelo de família era multigeracional (o poder patriarcal na família permanece, mas a mulher das camadas populares foi submetida ao trabalho fabril) e todos trabalhavam numa mesma unidade econômica de produção. Porém, mesmo assim, os papéis continuaram divergentes, o homem representava o chefe da família impondo sua autoridade e seu poder de mando, enquanto a mulher permanecia como mera reprodutora, frágil e incapaz de assumir qualquer responsabilidade ligada à direção da família.

Com a idéia de posse dos bens, e a garantia de herança dele para as gerações futuras, os homens passaram a dar mais importância a paternidade. Por conseguinte, a figura da mulher passou a ser cada vez mais objeto de interesses e desejos masculinos, tanto por perpetuação da espécie como por transferência de bens aos descendentes, em consequência, a função feminina foi tornando-se cada vez mais restrita ao mundo doméstico, submissa ao sexo masculino.

Durante séculos as mulheres buscaram e/ou buscam a igualdade e lutam contra as desigualdades de gênero, suas histórias são construídas em diferentes espaços, e por diferentes indivíduos e, de diversas formas, tudo dividido em anos de lutas e muitas conquistas, que por muito tempo foram desconhecidos. As mulheres sempre foram colocadas em situação de desigualdade, tanto nas relações sociais como no sistema político, econômico e cultural imprimindo-as uma situação de subordinação.

A partir do século XVIII baseando-se em teorias iluministas “começou-se” a reivindicar a emancipação feminina, como também os direitos que até então eram usurpados pela cúpula social.

As idéias iluministas defendiam o indivíduo como possuidor de direitos inalienáveis, independente de ser homem ou mulher, contrastando-se com os ideais sociais, os quais tinham a hierarquia e desigualdade como necessárias e inalienáveis.

Porém, nem todos os pensadores iluministas compartilhavam desse pensamento e/ou ideário, como é o caso do filósofo Rousseau, este tinha a figura da mulher associada à incapacidade de raciocinar, dizia que a mulher era movida pelas paixões e que por esse motivo era facilmente manipulada, sendo assim um perigo para a sociedade, ou seja, ela podia comprometer o bom funcionamento desta.

A partir do século XIX as mulheres passaram a exigir uma melhor educação, tanto para elas como para seus filhos. A expansão da educação proporcionou uma melhoria significativa na vida das mulheres, as quais passaram a ter acesso ao domínio público da cultura e ampliaram seus horizontes. Como conseqüências tiveram também a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, mesmo que de forma parcial e precária, pois geralmente o valor pago pelo seu trabalho era desproporcional ao valor pago para a classe masculina, chegando a um terço do que ganhavam os homens.

Os cargos exercidos por mulheres geralmente eram subordinados; não chegavam a chefes ou gerentes (posições geralmente masculinas), não tinham acesso às profissões mais bem pagas no serviço público ou na empresas privadas (PINSKY; BASSANEZI, 2005, p.284).

Ao longo do século XIX e início do século XX, as lutas foram tomando formas mais expressivas e exigidas com mais ímpeto, pois o avanço na legislação adquirido através de muitas lutas significou mais retrocessos do que mesmo avanços, visto que, de acordo com Pinsky e Bassanezi (2005), as discriminações ficaram mais evidentes.

Os novos códigos de leis nacionais regulamentaram os papéis sociais e as relações entre os sexos de maneira, geralmente, desfavorável às mulheres, considerando a submissão e a dependência femininas como dados naturais, e formalizando atitudes repressivas com relação às mulheres (PINSKY; BASSANEZI, 2005, p.272).

Estes novos códigos excluía frequentemente os direitos do sexo feminino deixando-as ainda mais refém da sociedade e de seus companheiros, devendo-os obediência e submissão, já que estes eram os provedores da casa, visto que, as mulheres exerciam em sua grande maioria “apenas” serviços domésticos.

Foi a partir da Revolução Industrial mais precisamente séculos XVII e XIX que se começou a utilização de mão-de-obra feminina espalhando-se inicialmente no mundo fabril, nesse momento houve a separação do trabalho doméstico e do trabalho com fins lucrativos e/ou remunerado fora do ambiente familiar. No entanto, essa forma de oferta para as mulheres, se deu pelo fato de que seria mais lucrativo para seus empregadores, visto que, estes iriam pagar valores bem mais inferior que a mão-de-obra masculina. Vale destacar que nesse momento as mulheres já começavam a lutar por melhores condições de trabalho e a discutir a temática acerca da questão de gênero.

A partir do século XX, os estudos acerca da categoria gênero vai ganhando visibilidade no mundo acadêmico norte-americano, datando de 1970, já no Brasil, inicia-se mais precisamente na década de 1990.

Com a inclusão do tema por meios acadêmicos o espaço dos chamados “estudos sobre mulher”, começa a ser disputado. Segundo Louro (2000), eram tributos dos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, conhecido também como “segunda onda” do feminismo que se expandiu para além do seu sentido reivindicatório, não só exigindo a igualdade de direitos, em termos políticos e sociais, mas constituindo-se também em crítica teórica principalmente nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França.. As iniciadoras desses trabalhos de reflexão e produção acadêmica foram as próprias mulheres envolvidas na militância feminina.

De acordo com Carloto (2008), a necessidade do conceito de gênero e sua utilização estão fortemente ligadas a uma dimensão política, quanto a suas origens e seus propósitos, voltados a propor mudanças nas relações de poder, dominação e exploração, existente no âmbito da sociedade.

A discussão acerca de gênero é muitas vezes utilizado para explicar e justificar certos comportamentos entres homens e mulheres reproduzidos corriqueiramente, seja em ambiente doméstico, na vida política, na vida sexual e reprodutiva ou na família (THAYER, 1991).

O gênero constitui uma das organizações básicas de toda organização social. Este se

refere aos diversos comportamentos sociais e biológico da sociedade, é visto como algo estruturante e determinado sob as condições históricas, fruto das ações de homens e mulheres.

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre desta distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado circularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, e irrecorrível. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se constitui sobre os sexos. O debate vai ser constituir, então, de uma linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 1997, p.21).

Tendo em vista toda discussão acerca da problemática igualdade entre o feminino e o masculino pensado como uma questão de gênero é que se percebe a necessidade de aprofundar tal temática, já que essa construção vem transformando a vida em sociedade principalmente das categorias menos favorecidas como as “mulheres”.

Dessa forma, essa discussão torna-se um norte para vislumbrar a categoria feminina, como também reafirma, mais uma vez, a importância de sua inserção em campos masculinizados, a exemplo da Segurança Pública, a qual discorreremos a seguir.

## **2 Segurança Pública no contexto brasileiro**

Apesar do termo “Segurança Pública” ser recente, sua história é bastante arcaica, criada logo após o descobrimento do Brasil em meados do séc. XVI, no período em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, quando D. João III resolveu adotar um sistema de capitanias hereditárias, outorgando uma carta régia a Martim Afonso de Souza para estabelecer a administração, promover a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor entendesse, em todas as terras que ele conquistasse.

Já na era moderna, a segurança era considerada como um componente básico que garantia a legitimação do Estado. Na retórica do século XX, conhecido como período do *laissez-faire* (símbolo do liberalismo econômico), a segurança chegava a ser concebida como a única função do Estado.

Com o crescimento demasiado das cidades e principalmente da economia nos

últimos anos aumentaram-se os conflitos entre as pessoas, grupos e entre o Estado, proporcionando um desafio aos poderes públicos, os quais não conseguiram corresponder a tais demandas, fato que corroborou para o aumento massivo da criminalidade vivenciados entre os anos de 1960 a 1980 promovendo uma forte pressão da sociedade e cobrança de métodos mais efetivos para o enfrentamento de tal problema, caracterizado pelo aumento da população.

Se nos primórdios a Segurança Pública competia ao indivíduo que podia custear os serviços prestados, com a promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, passou a ser “responsabilidade” do Estado, onde contempla em seu art. 144 a seguinte afirmação: “A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da Ordem Pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 2008, p. 44).

A partir daí a prevenção da ordem pública passa a ser um dever do Estado, prestado através de seus órgãos de segurança.

Assim, o sistema de Segurança Pública em nosso país encontra-se inserido em vários órgãos governamentais, os quais são divididos segundo suas funções, a exemplo do detalhamento das polícias no Brasil (Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar e Corpo de Bombeiros), onde cada uma é responsável a exercer alguma atividade rotineira, e que muitas vezes deixam de trabalhar em parceria, a saber:

1-A Polícia Federal é instituído por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União, considerada a melhor e mais bem treinada das categorias da segurança pública.

2- A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é um “órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais” (BRASIL, idem).

3- A Polícia Ferroviária Federal, esta classifica-se como “órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais” (BRASIL, 2008, p.44).

4-A Polícia civil, são “dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” (BRASIL, ibdem).

5- A Polícia Militar, “cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a

execução de atividades de defesa civil” (BRASIL, ibdem).

Porém, vale salientar que não cabe só as polícias trabalharem em conjunto, pois existe um comando (governo), o qual é responsável pelo bom andamento, formação e atuação dos profissionais de segurança pública, devendo fornecer meios, assistindo-os e valorizando seu trabalho junto à sociedade.

Porém Perrenoud (2007) afirma que:

Só teremos políticas públicas de segurança adequadas se a administração em todos os seus níveis proporcionar avaliações sérias e consistentes do desempenho de cada órgão, fato que ainda está muito distante de acontecer no nosso país (PERRENOUD, 2007, p.94).

Portanto, para que se possa combater a violência e a criminalidade é preciso o funcionamento de todos os órgãos competentes, sem distinção de méritos, não tendo um mais importância do que o outro, todos tem seu papel e sua parcela de contribuição, inclusive a sociedade, parte mais importante dentro desse contexto.

## **2.1 Breves considerações acerca da Polícia Militar**

Desde a formação da sociedade que existe a função policial. Esta inicialmente era exercida em núcleos familiares, geralmente pelos chefes de famílias, onde as ordens eram estabelecidas e os subordinados (filhos, esposas) a cumpriam, porém, nessa época o Estado não existia.

Apesar da polícia existir funcionalmente, desde os primórdios, a mesma só foi reconhecida e institucionalizada no Estado Romano antes de Cristo, quando os imperadores criaram um exército para defender os interesses do império.

No entanto, a função da polícia é clara, ou seja, proteger a sociedade de situações de riscos e zelarem pelo patrimônio público, como também assegurar o bem-estar físico, econômico e intelectual da população em geral.

O vocábulo polícia designa o conjunto de instituições, fundadas pelo Estado para que, segundo as preocupações legais e regulamentares: estabelecidas, exerçam vigilância, para que se mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo, garantindo-se a propriedade e outros direitos individuais. Sua

missão primordial é a de proteção à sociedade, visando em tudo, o bem-estar coletivo ou o bem-estar público [...] (NASCIMENTO, 2007, p.37).

Tomé de Souza, foi o primeiro governador geral do Brasil que trouxe ao desembarcar no solo brasileiro uma tropa de linha (exército) a qual tinha a missão de defender os interesses portugueses no Brasil e cuidar também da Segurança Pública. Porém, essa tropa era insuficiente para conter a demanda do contingente brasileiro, surgindo em seguida às famosas milícias como suporte da tropa de linha, ou seja, o exército.

Paralelamente as milícias, existiam também as ordenanças (organizações policiais não remuneradas), onde estes defendiam suas comunidades como também seus próprios interesses individuais. Sendo assim, cada milícia tinha sua forma própria de agir, e o alistamento era obrigatório, isso causava descontentamentos por parte da população, pois muitos preferiam fugir a servir as ordenanças.

De acordo com Souza (2008) em 1831 com a aprovação de um decreto lei, é que se institui a Polícia Militar no Brasil, inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, porém adota-se outra data, que é de 13 de maio de 1809, a qual está intimamente ligada à vinda da Família Real para o Brasil. Alguns historiadores discordam desta afirmação, contestando que sua fundação se deu através do decreto instituído pelo Padre Diogo Feijó, o qual além de instituí-la na capital do império, autorizou também a todas as províncias a criarem suas próprias polícias, e assim fez-se nos demais Estados brasileiros.

A justificativa utilizada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, para reafirmar a data utilizada em sua fundação, é a de que quando a Família Real chegou ao Brasil, dia do aniversário do então Príncipe Regente, D. João, foi criada pelo mesmo, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte, formada por 218 guardas com armas e vestimentas idênticos aos da guarda Real Portuguesa. Tendo sua formação composta por: um Estado-Maior, três regentes de Infantaria, um de Artilharia e um Esquadrão de Cavalaria. Por isso, a afirmação e utilização da então data (SOUZA, Idem).

Em 1947, devido a problemas internos da própria polícia, e também para dar mais poder e controle ao governo sobre a mesma, ela foi militarizada e assim passou a obedecer ao Código Penal Militar, o qual tinha características religiosas. Com isso as policiais passaram a ser subordinados ao poder central, não podendo manifestar-se, nem participar de movimentos que fossem em contraposição ao regime instituído pelos governantes, o

qual permanece até os dias atuais, pois se algum policial discordar dos princípios do regime, ele será punido respondendo disciplinarmente por seus atos, podendo até ser expulso da corporação.

### **2.1.1 Cidadania feminina e sua inserção na Polícia Militar**

Apesar de muitos impasses ocorridos ao longo da história das mulheres, tem-se muito a comemorar, pois a cada dia estas vem conquistando novos espaços na sociedade destacando-se no mercado de trabalho, o qual vem configurando um vasto campo ocupacional feminino, principalmente nos campos que eram “tidos” exclusivamente para o homem, como é o caso da segurança pública.

A idéia de empregar mulheres em missões policiais no Brasil surgiu na década de 1950, quando Hilda Macedo apresentou sua tese, no 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, na qual defendia a necessidade da criação de uma polícia de mulheres, justificando que as mulheres eram tão competentes quanto os homens para realizar o trabalho policial.

Em janeiro de 1955, baseado na idéia de Hilda Macedo, o então governador de São Paulo, Janio Quadros, solicitou que o diretor da Escola de Polícia, Walter Faria de Queiroz, verificasse a possibilidade de ser implantada uma polícia de mulheres.

Em 12 de maio deste mesmo ano foi assinado um decreto de nº 24.548, criando, na Guarda Civil de São Paulo, o Corpo de Policiamento Especial Feminino, sendo chefiado, pela própria Hilda Macedo, a qual tornou-se a primeira comandante feminina da polícia militar e da América Latina.

São Paulo foi à cidade pioneira a contar com os serviços de policiais femininas, em seguida o Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981, Pará em 1982 e Santa Catarina em 1983, depois conseqüentemente espalhou-se por vários estados.

No Estado da Paraíba conta-se da data de 1987, onde foi concedido o ingresso das primeiras mulheres na instituição militar. A partir de 1990 foram surgindo novos cursos e concursos, os quais contam com a participação feminina fortalecendo ainda mais sua integração.

De acordo com a Secretaria de Comunicação da Paraíba (SECOM) a Polícia Militar da Paraíba conta com um efetivo de mais de 561 mulheres, destas 107 são oficiais

(coronel, tenente-coronel, major, capitão e tenente), distribuídas em todos os Batalhões e nas mais diversas funções como: policiamento ostensivo, policiamento de trânsito, choque, polícia florestal, ciclo patrulha, Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP), rádio patrulhamento, policiamento escolar e no serviço de administração, saúde e banda de música.

É importante destacar que algumas construções culturais tidas como padrões sociais estão ficando ultrapassados e os espaços que antes eram ocupados apenas pela "elite social" (homens) foram ganhando novos modelos e abrangendo as categorias minoritárias (mulheres), fruto das lutas para "conscientizar" a sociedade de que não é o sexo feminino/masculino que determina a capacidade das pessoas, mas sim o papel que cada indivíduo desempenha na sociedade.

### **3 Conhecendo os sujeitos da pesquisa: Policiais femininas do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB**

Conforme critérios estabelecidos no âmbito da pesquisa foram entrevistadas 20 policiais militares do sexo feminino, o que atende efetivamente a 40% de um contingente de aproximadamente 50 mulheres que estão na ativa no 2º BPM de Campina Grande-PB.

De acordo com as informações fornecidas pelas entrevistadas, os resultados da pesquisa e contemplação dos dados de identificação se estruturam da seguinte forma: No que concerne a faixa etária das entrevistadas foi constatado uma variação relevante, 50% possuem idades entre 26 à 30 anos, esse número merece destaque, já que faz parte do que hoje é considerado como perfil economicamente ativo no país. Com 25% que estão entre 41 à 45 anos, enquanto 10% afirmaram possuírem entre 36 à 40 anos, outros 10% ficaram na faixa de 20 à 25 anos e mais 5% de 31 à 35 anos.

É importante destacar que ao longo dos anos a mulher tem procurado assumir uma posição mais efetiva na sociedade, pois a partir do século XVIII com advento da revolução industrial elas vem redescobrando a educação como uma forma de crescimento no campo profissional.

Isso também é perceptível em nosso estudo, pois no que refere-se ao nível de escolaridade das entrevistadas foi verificado que 35% delas possuem curso de formação superior, outras 35% estão cursado e as demais que corresponde a 30% possui o ensino médio completo.

Já no que diz respeito ao estado civil das entrevistadas, revelou-se que 65% destas são casadas e as demais, correspondendo a 35% estão solteiras.

Em se tratando da escala hierárquica na Polícia Militar ou graduação, obtivemos os seguintes dados : 50% são soldados, 30% são cabos, 5% 2º sargento, 5% 1º tenente, 5% 2º tenente, 5% 1º capitão.

Para melhor compreensão da funcionalidade da hierarquia na Polícia Militar é necessário entendê-la primeiramente. De acordo com a lei de nº 3.909 de 14 de julho de 1977, em seu parágrafo 1º vêm a afirmar que “A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações [...]”.

No que se refere a composição, em primeiro lugar temos o círculo dos oficiais superiores, formados pelos Coronéis PM, Tenente Coronel PM, Major PM, em seguida o de oficiais Intermediários composto pelos Capitães PM, logo após os oficiais Subalternos que correspondem ao Primeiro e Segundo Tenente PM. Em segundo lugar temos o círculo dos Praças composto por: Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados.

No entanto, é importante destacar que a obediência hierárquica no âmbito militar está previsto em lei (nº3.909 de 14/07/97) específica da categoria que trata da hierarquia e da disciplina que deve ser respeitada, caso contrário o subordinado estará passível de punições.

Portanto, em nosso estudo, o maior número de entrevistadas, ou seja, 50% são soldados, estando na escala hierárquica dos praças.

No que se refere ao tempo de inserção dos sujeitos da pesquisa na Polícia Militar, há uma predominância de entrevistadas que corresponde a um período de 05 á 08 anos resultando em 35%, em seguida temos 20% entre 20 á 23 anos de função, depois 15 % entre 17 á 20 anos de policia, 10% entre 01 á 03 anos, 5% de 11 á 14 anos e por fim 5% de 03 á 05 anos que atuam como profissionais da Segurança Pública.

Assim, uma vez que conhecemos o perfil das nossas entrevistadas, a seguir, iremos para uma melhor compreensão dos dados coletados durante a pesquisa com as policiais militares do 2º Batalhão de Campina Grande- PB, apresentar os resultados com suas análises relacionadas ao nosso objeto de estudo.

**TABELA 01**  
**Desafios enfrentados pelas Policiais Militares entrevistadas**

<b>DESAFIOS</b>	<b>N°</b>	<b>%</b>
Condições de trabalho insuficiente	08	40
Lidar com pessoas	03	15
Preconceito	02	10
Hierarquia	02	10
Não apresentou desafios	02	10
Andar armada	01	5
Ineficiência da Política de Segurança	01	5
Trajetos de trabalho perigoso	01	5
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte Primária de Pesquisa realizada no 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB, 2011.

Diante exposição dos dados acima, constata-se que o maior desafio enfrentado atualmente pelas policiais militares entrevistadas é a falta de condições de trabalho, pois 40% destas consideram que a instituição não fornece todos os meios que elas necessitam para oferecerem um trabalho satisfatório para a população, como também é comum a sobrecarga de tarefas, conforme demonstra a fala a seguir:

O maior desafio é a exigência do cumprimento de diversas atividades, para boa parte das quais não recebemos a formação adequada. Ao tempo em que exercemos a função de policiamento ostensivo, também temos que realizar funções administrativas como a de secretaria, telefonista, recepcionista entre outros (Entrevista 19).

No entanto, 15% já têm uma opinião divergente do quantitativo predominante, visto que, o maior desafio para este índice se resume a postura de como lidar com pessoas, ou seja, saber interagir da melhor forma possível com a diversidade de pensamentos tanto no ambiente de trabalho como para com a sociedade, conforme observa-se nas falas a seguir:

Lidar com os seres humanos, pois cada um tem um temperamento diferente (Entrevista 05).

[...] conviver com as diferenças, exemplo: temperamento, cultura e caráter (Entrevista 06).

Já 10% das entrevistadas colocaram como principais desafios a questão do preconceito por parte da sociedade como também dos seus companheiros de trabalho, pois apesar da conquista em certos espaços "ditos" como masculinos ainda precisam reafirmar suas posturas enquanto cidadãs politizadas e detentoras de direitos.

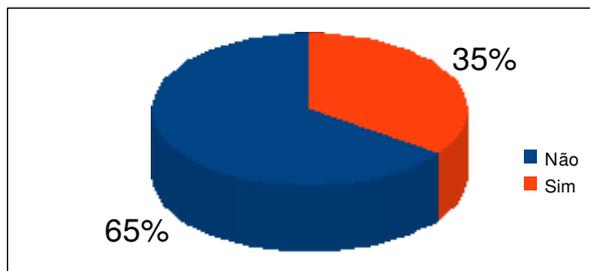
[...] a sociedade tem esse preconceito, não nos respeita como tem que respeitar a policial feminina na Polícia Militar (Entrevista 02).

Vale salientar, que na verdade o que ocorre na sociedade é uma divisão de papéis entre homens e mulheres por conseqüências de formas pré-estabelecidas historicamente e construídas culturalmente pelas relações sociais reproduzidas de geração em geração formando categorias com interesses e pensamentos divergentes. Por isso, o que é diferente do padrão social é estranho para a sociedade e possível de preconceitos.

Mais 10% relataram que a hierarquia militar é um forte impasse na convivência entres os companheiros de trabalho, visto que, muitas vezes os superiores hierárquicos ultrapassam os limites de tolerância dos seus subordinados, aproveitando-se da patente para ordenar o cumprimento de "certos caprichos".

Outros 10% não apresentaram nenhum desafio, e quando indagadas ressaltaram que não conseguiam visualizar nenhum avanço desde o início da carreira, já que entraram recente para instituição. Em seguida 5% afirmaram a problemática de andar armada, mais 5% colocaram a questão da ineficiência da Política de Segurança e por fim 5% apontaram como desafio o trajeto de trabalho que é muito perigoso.

Este equilíbrio nos últimos dados apontados acima, nos mostram características que vem a elencar uma disparidade de pensamentos, ou seja, saber definir de forma concreta o que seria os desafios por elas enfrentados no cotidiano de trabalho.

**GRAFICO 01****A discriminação, segundo as policiais Militares entrevistadas**

Fonte Primária de Pesquisa realizada no 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB, 2011.

Tomando como base o gráfico acima podemos visualizar que 65% das entrevistadas afirmaram que não se sentem discriminadas no atual ambiente de trabalho, tendo em vista que a mudança de comportamento na corporação é algo que vem acontecendo gradativamente e com perspectivas de grandes melhorias, conforme falas a seguir:

[...] hoje conquistamos o espaço tanto quanto o masculino já tinha, a mulher tem se sobressaído, principalmente por ser metódica em seus atos (Entrevista 08).

[...] sou muito respeitada pela profissional que sou (Entrevista 20).

Como podemos perceber nas falas acima a visão que atualmente se tem em relação à aceitação das mulheres na Polícia Militar vem tomando novos rumos a cada década, visto que, inicialmente essa convivência era bastante difícil, já que esse espaço era suprido apenas pela categoria masculina.

No entanto 35% afirmaram que ainda sofrem com a presença da discriminação no cotidiano de trabalho, visto que, é muito recente a inserção do feminino no âmbito da Polícia Militar, o que ocasiona certos olhares de insatisfação por parte do efetivo masculino, como exposto nas falas abaixo:

Sim, por que a todo o momento os homens da polícia questionam a necessidade da nossa presença na Polícia Militar e os que aceitam sempre nos subjugam como se não fossemos capazes de desenvolver os mesmos trabalhos que eles, a exemplo da operacionalidade (Entrevista 06).

[...] a Polícia Militar desconsidera a mulher em suas especificidades femininas e impõe-lhes, desde seu processo de formação, situações de iniquidade de gênero que em muito dificulta sua permanência dentro da instituição (Entrevista 12).

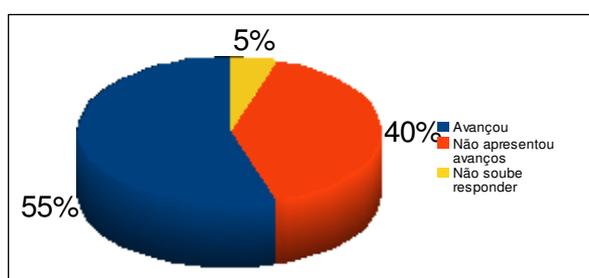
Existe sim discriminação contra a presença feminina nos batalhões, mas na maioria das vezes ela se apresenta disfarçada. Sinto que somos muito mais observadas e qualquer falha por menor que seja, é atribuída ao fato de sermos mulheres (Entrevista 19).

Apesar da presença de uma carga cultural e ideológica conservadora que contribui para a divisão sexual do trabalho, a mulher tem se legitimado em diversos campos de trabalho, na Polícia Militar não seria diferente, essa conquista rompeu tabus, visto que, a instituição ainda preserva um modelo masculino, tanto no que diz respeito à estrutura física, quanto em aspectos metodológicos arraigados desde sua formação corporativa.

Nesse contexto, é fácil visualizar a presença das desigualdades de gênero que são disseminadas e construídas ao longo dos séculos. De acordo com Gouveia e Camuça (1995, p.22) “[...] quanto mais desiguais as relações de gênero, maior a desigualdade na divisão de trabalho e também as barreiras que separam as profissões de homens e mulheres”. Dessa forma, essa divisão pode ser caracterizada como discriminação entre os sexos.

## GRAFICO 02

### Avanços obtidos desde a inserção das Policiais Militares entrevistadas



Fonte Primária de Pesquisa realizada no 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB, 2011.

No que se refere aos avanços obtidos na instituição, 55% das entrevistadas consideram que houve avanços consideráveis, partindo desde aceitação das mesmas na Polícia Militar até a conquista do espaço, resultado do “reconhecimento do trabalho” de profissionais capacitadas para exercício de funções demandadas pela instituição, conforme

falas a seguir:

O maior foi nos aceitar dentro da instituição (Entrevista 05).

Nós fomos aos poucos e ainda estamos lutando e conseguindo mostrar que somos capazes de fazer o mesmo serviço que o masculino, não foi fácil no início, mas conseguimos o nosso espaço (Entrevista 09).

Vale destacar que a luta das mulheres por igualdade profissional vem de longa data. Melhores salários, oportunidades iguais, mas, acima de tudo, respeito no ambiente profissional.

Embora muitas mulheres já ocupem cargos de liderança, a resistência no mercado de trabalho ainda existe, pois de acordo com Pinsky e Bassanezi (2005, p. 300), “[...] Para os homens, o emprego é considerado parte de sua existência; para as mulheres, uma espécie de “luxo”. Dessa forma, admitir que as mulheres sejam indivíduos livres e capacitados para prover o seu próprio sustento, é motivo de certo desconforto para alguns homens, já que os mesmo perderão o poder sobre elas.

Porém, 40% das entrevistadas não identificaram nenhum avanço, pois de acordo com estas, ainda é muito cedo para apontar mudanças já que faz pouco tempo que ingressaram na carreira militar.

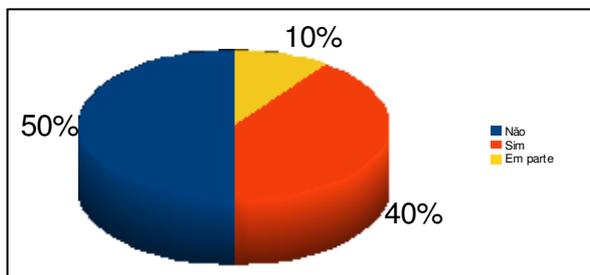
Não consigo elencar uma lista de avanços, talvez o tempo que estou aqui seja pequeno para perceber essas diferenças [...] (Entrevista 15).

Nenhum, continua do mesmo jeito já que faz pouco tempo que estou na instituição (Entrevista 17).

No entanto, as policiais com mais tempo de profissão, em sua maioria, consideram que o tratamento atualmente é bem diferente do perpassado em épocas passadas, contradizendo o pensamento de muitas que estão em início da carreira e que não vêem nenhuma mudança significativa digno de elogios. Por outro lado, 5% das entrevistadas não souberam responder se houve avanços ou não, vez que sua resposta não contemplou tal indagação.

### GRAFICO 03

#### Existência de seleção de trabalhos femininos e masculinos, segundo as entrevistadas



Fonte Primária de Pesquisa realizada no 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB, 2011.

No que concerne ao gráfico 03, constatou-se que 50% das entrevistadas não consideram haver nenhuma seleção de trabalho feminino ou masculino na Polícia Militar já que todos exercem as mesmas funções independente de sexo, vejamos as falas.

Não, pois tenho acompanhado homens e mulheres realizando os mesmos trabalhos [...] (Entrevista 14).

Não, pois o perfil de cada um que determina qual função será exercida, tanto existem mulheres na atividade operacional como homens no serviço burocrático (Entrevista 19).

Em consonância com as falas, é importante destacar esse número, já que, metade das policiais militares entrevistadas consideram que não há distinção de tarefas, mas sim, uma necessidade atribuída a algumas funções, portanto, não interferindo em relações ligadas nem ao feminino, nem ao masculino, destacando assim uma igualdade de funções entre ambos.

Já 40% das entrevistadas afirmaram que há seleção de alguns serviços, o que não é justificável, pois, todas (os) foram formadas (os) para exercerem uma só função, qual seja, a de Policial Militar, conforme fala a seguir:

[...] apesar da mulher está inserida em diversas práticas/profissões, suas atividades ainda refletem-se como extensões das atividades “do lar” (cuidar, educar, higienizar) e mesmo quando elas adentram em instituições como a PM, local estritamente masculino e masculinizador, á elas são relegadas atribuições como secretária, auxiliar, telefonista, por acreditarem que a mulher é “naturalmente”: doce, frágil, educada [...]

(Entrevista 12)

De acordo com a fala podemos constatar que muitas pessoas ainda têm essa mesma concepção acerca da mulher (sexo frágil) e a elas delegam atividades que o consideram menos importantes e produtivas para a sociedade, já que, muitas vezes, a capacidade da mulher é relacionada ou comparada com a capacidade física do homem.

Saffioti (1987) realiza uma análise acerca dessa comparação, vejamos:

Em sociedades de tecnologia rudimentar, ser detentor de grande força física constitui, inegavelmente, uma vantagem. Em sociedades onde as máquinas desempenham funções mais brutas, que requerem grande força, a relativa incapacidade de levantar pesos e realizar movimentos violentos não impede qualquer ser humano de ganhar seu sustento, assim como o de seus dependentes. Rigorosamente, portanto, a menor força física da mulher em relação ao homem não deveria ser motivo de discriminação. Todavia, recorre-se, com frequência, a esse tipo de argumento, a fim de se justificar as discriminações praticadas contra as mulheres (SAFFIOTI, 1987, p.12).

E por fim, 10% das entrevistadas consideraram que em parte os serviços têm distinção entre o feminino e o masculino, já que algumas atividades são demandadas de acordo com a necessidade da causa, conforme falas a seguir:

[...] no gabinete sempre se prioriza o trabalho das mulheres para atendimento ao público [...] (Entrevista 06).

[...] em certos serviços tem que ter a presença feminina a exemplo das revistas em mulheres, já os serviços operacionais a preferência é pelo masculino [Entrevista 01].

Apesar da discordância entre os resultados, é visível certo equilíbrio, que vem a afirmar certa divisão de tarefas na Polícia Militar. Pode até não ser sentido por todos (as), mas por um quantitativo razoavelmente considerado na instituição.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante décadas as mulheres foram consideradas incapazes de exercerem outra atividade que não fosse o trabalho doméstico, lutaram para romper uma cultura em que a mulher servia exclusivamente para desenvolver atividades domésticas, cuidar dos filhos e do marido ou no máximo empreender atividades de cunho artesanal.

No entanto, isso veio a mudar com o surgimento da Primeira Guerra Mundial, o processo de industrialização, a consolidação do capitalismo e a incansável luta feminina, onde a mulher pela primeira vez conseguiu ocupar espaços fora do ambiente doméstico, transformando as necessidades do mercado de trabalho em conquistas, o que ocasionou mudanças significativas nas relações sociais, nos valores culturais e no ambiente familiar.

Mas, apesar das conquistas no mercado de trabalho e “autonomia” financeira, as mulheres continuaram a exercer funções de doméstica, ou seja, passaram a ter uma dupla jornada de trabalho, pois além de trabalhar formalmente ainda tem a responsabilidade de cumprir com as tarefas do lar (limpeza e educação família).

Vale salientar que as mulheres passaram por muitas dificuldades para conseguirem o direito a educação e ao exercício da cidadania, frequentar outros ambientes que até então não fazia parte do cotidiano feminino, tudo isso vem afirmar a capacidade que o seguimento feminino tem na sociedade.

No âmbito da Segurança Pública, especificamente na Polícia Militar, não foi diferente, desde sua inserção, a mulher vem atuando de forma plausível, exercendo suas atribuições com a máxima competência e disciplina, respeitado seus colegas de trabalho e os acompanhando nas mais diversas missões, que vão desde os serviços burocráticos até aos serviços operacionais (policamento ostensivo, rádio patrulha e etc.), mostrando-se ter o mesmo potencial que um policial masculino. Porém, apesar da “aceitação” das mulheres no âmbito da polícia militar, elas ainda lutam para que a instituição respeite a equidade de gênero.

Destarte, os resultados da pesquisa revelam que ainda há grandes desafios a serem vencidos pelas mulheres na instituição polícia militar, vez que constatamos uma variedade de impasses que foram relatados pelas entrevistadas. No entanto, podemos afirmar que a maioria estão relacionados as más condições de trabalho, destacado como maior desafio para o cumprimento de suas atividades profissionais, visto que, a falta de materiais como: armas, coldres, coletes, uniforme adequado ao feminino (já que estes são confeccionados

no estilo masculino, necessitando sempre de ajustes), alojamentos que não dispõe de banheiros, entre outros.

Outro desafio citado está relacionado à convivência com as pessoas, pois por serem policiais femininas, muitas vezes não são respeitadas como deveriam ser, há sempre pensamentos divergentes. Por um lado, há aceitação, por outro, criticam e alguns esperam um deslize para citar a famosa frase “só podia ser mulher”, e assim elas vão tentando se adequarem ao ambiente.

Outro fato bastante importante diz respeito à discriminação sofrida no ambiente de trabalho, obtivemos um resultado bastante surpreendente, visto que, a maioria das entrevistadas, ou seja, 65% não se sentem discriminadas na instituição, pois afirmam que já conseguiram respeito na corporação e garantiram o seu espaço.

Apesar do disposto acima, percebemos que os resultados foram um pouco contraditórios, já que, tantos impasses foram colocados, e as falas revelam um teor discriminatório, mesmo que de forma sutil.

Em suma, podemos concluir, que é inegável as conquistas obtidas pelas mulheres no âmbito da Polícia Militar, porém ainda há muito o que avançar, pois ao mesmo tempo que houve a absorção das mulheres na polícia não houve uma reestruturação física, nem tão pouco uma preocupação por parte da instituição em adequar-se politicamente as peculiaridades femininas.

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.** Ed.6. 2008.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.** Disponível em:<[http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v3n2\\_genero.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm). Acesso em 20 de setembro de 2011.

DENCKEC, A. de F. M.; VIÁ, S.C da. **Pesquisa empírica em ciências humanas.**São Paulo, 2001.

GOUVEIA, Taciana; CAMUÇA, Silvia. **O que é gênero.** In: cadernos SOS Corpo Gênero e Cidadania. Recife. V.01.2ed,1995.

LAZZARINI, Álvaro. **A Segurança Pública e o Aperfeiçoamento da Polícia no Brasil.** In: Revista O Alferes. Belo Horizonte. V.10, n. 34, jun/set.1992.

LOURO, Guacina Lopes. O corpo educado: pedagogia da sexualidade. In: WEEKS Jeffrey (org.). **O corpo e a sexualidade**, Belo Horizonte, ed.Autêntica, 2000.

LOURO,Guacina Lopes **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARSIGLA, Maria Giffone. **O projeto de pesquisa em Serviço Social.** In: capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 5: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, 2001.

MARTINELLI, L.M. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo, 1999.

MINAYO, M. C. DE Souza; DESLADES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** Teoria, Método e Criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.) 21 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Aissa Romina. **Estado, Polícia e Sociedade.** In: modulo do curso de formação de soldado. Campina Grande/PB. 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luis de. **Tratando de Metodologia Científica.** São Paulo. Pioneira Thomason Leaming, 2002.

PERRENUOUD, Renato. **Políticas Nacionais de Segurança:** a experiência de Santos. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano. 1. Ed.1. 2007.

**Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.116 p.

PINSKY, Jaime; BASSANNEZI, Carla. **História da Cidadania.** 3ed. São Paulo: contexto, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987

SECOM-PB. Mulheres já são quase 600 na Polícia Militar da Paraíba. **Portal Correio Online**, João Pessoa, 9 de dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalcorreio.com.br>>. Acesso em: 7 de jan. 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. **Sísifo e as Políticas de Segurança no Brasil**. Porto Alegre: Gráfica Santa Rita, 2005.

SOUZA, Fátima. **Como Funciona a Polícia Militar**. Publicado em 24 de julho de 2008 (atualizado em 09 de setembro de 2008). Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/policia-militar1.htm>. Acesso em: 27 out. 2010.

THAYER, Millie. **Feminismo viajante**: da mulher /corpo á cidadania de gênero, caderno pagu, 1991. Disponível em: <http://portalfeminista.gov.br>. acesso em 03 de setembro de 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

# APÊNDICES

**Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**

**(OBSERVAÇÃO : para o caso de pessoas maiores de 18 anos e não inclusas no grupo de vulneráveis)**

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, \_\_\_\_\_, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa **IGUALDADE PROFISSIONAL E DIFERENÇA DE GÊNERO**: um estudo junto as policiais militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **IGUALDADE PROFISSIONAL E DIFERENÇA DE GÊNERO**: um estudo junto as policiais militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande/PB terá como objetivo geral Analisar a concepção das Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar de Campina Grande-PB, acerca da igualdade profissional e diferença de gênero.

Ao voluntário só caberá a autorização para uma entrevista semi-estruturada, contendo perguntas objetivas e subjetivas e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) 88637671 com Joseane Pereira de Alcântara

- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma,

podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

---

Assinatura do pesquisador responsável

---

Assinatura do Participante



Assinatura Dactiloscópica  
Participante da pesquisa

**Apêndice B:** Entrevista com as policiais militares do 2º BPM



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PROJETO:** Igualdade Profissional e Diferença de Gênero: um estudo junto as Policiais Militares do 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba.

**ALUNA:** Joseane Pereira de Alcântara

**ORIENTADORA:** Profª MS. Alecsonia Pereira Araujo

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

ENTREVISTA Nº \_\_\_\_\_

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

1) Qual a sua graduação?

Soldado ( ) Cabo ( ) 1ºSargento ( ) 2ºSargento ( ) 3ºSargento ( ) 1ºTenente  
( ) 2ºTenente ( ) Capitão ( ) Coronel ( ) Tenente coronel ( )

2) Faixa etária:

20 á 25 anos ( ) 26 á 30 ( ) 31 à 35 anos ( ) 36 à 40 anos ( ) 41 à 45 anos ( ) 46 á 50  
anos ( ) 51 à 55 anos ( )

3) Nível de Escolaridade:

Ensino Fundamental completo ( )

Ensino Fundamental incompleto ( )

Ensino Médio completo ( )

Ensino Médio incompleto ( )

Superior completo ( )

Superior incompleto ( )

Outros ( ) Qual? \_\_\_\_\_

4) Estado Civil: Solteiro (a) ( ) Casado (a) ( ) Outros ( )

5) Filhos: Sim ( ) Não ( ) Quantos \_\_\_\_\_

6) Há quantos anos trabalha na Polícia Militar:

Menos de 01 ano ( ) 1 á 3 anos ( ) 3 á 5 anos ( ) 5 á 8 anos ( ) 8 á 11 anos ( ) 11 á 14 anos ( ) 14 à 17 anos ( ) 17 á 20 anos ( ) 20 à 23 anos ( ) 23 á 26 anos ( ) 26 á 29 anos ( ) 29 á 32 anos ( )

7) Qual a sua carga horária? \_\_\_\_\_

8) Qual a sua faixa salarial?

1 salário mínimo ( ) 2 salários mínimos ( ) 3 salários mínimos ( ) Acima de 3 salários mínimos ( ).

9) Seu salário é suficiente para suprir suas necessidades? Sim ( ) Não ( ) Porque ?

### **DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO**

1) Como é o relacionamento com seus companheiros de trabalho? Se a alternativa escolhida for a c ou d justifique.

a) Ótimo ( )

b) Bom ( )

c) Regular ( )

d) Ruim ( )

---

2) Quais os desafios enfrentados no seu cotidiano de trabalho?

---

3) Você se sente discriminada por ser uma presença feminina em um ambiente “tido” como masculino? Se sim justifique.

---

4) Na sua percepção quais são os maiores avanços obtidos dentro da instituição desde sua inserção na Polícia Militar.

---

5) Quais foram suas maiores dificuldades no início da carreira como Policial Militar?

---

6) Na sua visão existe alguma seleção do que seja trabalho masculino e trabalho feminino? Por quê?

---

7) Em sua opinião a estrutura física da instituição Polícia Militar está preparada para as necessidades femininas? Justifique?

---

8) O 2º BPM oferece todas as condições materiais para desenvolver a sua prática?

-----  
9) Na sua opinião há necessidade de mudança(s) na organização e funcionamento do seu trabalho no 2º BPM?  
-----

10) Que sugestões você apontaria para melhorar o desempenho de sua prática profissional?  
-----

11) Você pretende fazer carreira na polícia ou deseja seguir outra profissão?  
-----